CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

EVARISTO SÁ/AFP E AMANDA PEROBELLI/REUTERS

Lula terá sabatina na segunda. Flávio, na quarta

SBT promove nesta semana sabatinas com Lula e Flávio

O SBT realiza, nesta semana, sabatinas com os candidatos à Presidência da República. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou presença nesta segunda-feira (19), enquanto Flávio Bolsonaro (PL) foi convidado para uma na quarta-feira (21), mas ainda não confirmou participação. As sabatinas serão conduzidas por Basília Rodrigues, Marina Demori e Simone Queiroz, exibidas no SBT Brasil, apresentado por Cesar Filho, e reprisadas no SBT News.

Justiça suspende site irregular de advocacia

O juiz federal Ian Legay Vermelho, da 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro, atendeu um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ) e determinou a interrupção imediata das atividades da empresa Fast Eletrônica e Serviços Ltda. Por meio de um site na internet, a empresa faz captação em massa de clientes e intermediação irregular de atos privativos da advocacia. De acordo com a Ação Civil Pública, a Fast funcionava como uma rede ilegal de correspondentes jurídicos, oferecendo a intermediando serviços como realização de audiências, acompanhamento de diligências e protocolos. Além de não ter registro societário junto à OAB, a empresa fixava honorários irrisórios, não condizentes com os parâmetros éticos e legais da profissão.

BRUNO MIRANDELLA/OAB-RJ

Após pedido da OAB-RJ, Justiça Federal suspende site

Captação ilegal de clientes e de práticas

Na decisão, o magistrado destacou que a prática violava o Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994) e o Código de Ética e Disciplina da OAB, incorrendo na mercantilização da advocacia e captação indevida de clientela. Além da imediata abstenção da oferta, intermediação ou realização de qualquer ato privativo da advocacia, sob pena de multa diária de R$ 5 mil em caso de descumprimento, o magistrado também determinou o bloqueio do domínio (fastdiligenciaeletronica.com.br); e a notificação do provedor de hospedagem do site para indisponibilizar a plataforma em 48 horas. O juiz também considera que as atividades da empresa configuram concorrência desleal e risco de prejuízo a quem contrata os serviços oferecidos.

OAB-RJ entrou com Ação Civil Pública

A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, disse que a ação reforça o compromisso permanente da seccional no combate ao exercício ilegal da profissão, na defesa intransigente das prerrogativas da classe e na proteção da sociedade.

Motociata no Rio

O governador eleito do Rio de Janeiro, Douglas Ruas, promoveu, no domingo (18), acompanhado por deputados eleitos e outras lideranças políticas, uma motociata em Maricá, na região Metropolitana fluminense, a favor de Flávio Bolsonaro. Ruas é, no segundo turno, coordenador da campanha de Flávio no Rio.

Apoio a Bolsonaro

Ao longo do percurso, Douglas percorreu diversas ruas da cidade, cumprimentou moradores e destacou que, se o Rio de Janeiro escolheu a mudança, está na hora do Brasil também ir pelo mesmo caminho e eleger Flávio Bolsonaro presidente. O evento em Maricá encerrou a extensa agenda do fim de semana feita para dar apoio a Flávio no estado.

Agência contra máfias

O deputado Julio Lopes (PP) propôs a criação da Agência Anti-Máfia, prevista em uma PEC, no relatório da Comissão Externa do Brasil Legal. A agência teria independência e autonomia para investigar crimes ligados a organizações criminosas e máfias econômicas. A proposta foi apresentada na Câmara e prevê atuação sem interferências políticas.

Crime e mercado ilegal

A agência deverá identificar e desarticular operadores financeiros que sustentam atividades ilegais em setores como gás, combustíveis, cigarros e pirataria. A proposta também prevê investigar a infiltração do crime organizado no poder público e esquemas de corrupção em instituições e nas mais altas esferas de poder.

Prejuízo bilionário

Segundo Julio Lopes, o mercado ilegal provoca perdas de R$ 514 bilhões por ano, considerando prejuízos à indústria e impostos não arrecadados. O parlamentar afirma que contrabando, sonegação e falsificação alimentam uma economia ligada ao crime organizado transnacional, facções armadas e milícias, afetando empresas formais e os cofres públicos.

Debate sobre a agência

Julio Lopes pretende convocar audiência pública após as eleições, para discutir a implementação da Agência Anti-Máfia. Devem ser convidados órgãos públicos, Ministério Público, representantes da indústria, plataformas de comércio eletrônico e empresários. O encontro buscará definir marco legal para proteger a população e combater a pirataria.

JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

Impasse sobre maioridade penal adiou a votação da PEC

Governo tenta destravar votação da PEC da Segurança

Tema é a última grande discussão no Congresso antes do segundo turno

Por **Beatriz Matos**

A última semana antes do segundo turno presidencial, marcado para domingo (25), terá negociações no Congresso, julgamentos no Supremo Tribunal Federal (STF) e compromissos decisivos das campanhas. A principal expectativa no Legislativo é a retomada da PEC da Segurança Pública, que o governo pretende votar antes das eleições. No Executivo, o Palácio do Planalto prepara uma proposta de transporte gratuito aos fins de semana, enquanto Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) entram nos últimos dias de mobilização eleitoral.

O Senado poderá retomar nesta semana a votação da PEC da Segurança, desde que governo e oposição cheguem a um entendimento sobre as mudanças propostas. O principal desafio será separar o debate sobre a redução da maioridade penal das medidas de combate à criminalidade previstas no texto. Ainda não há data confirmada para a votação.

O ministro das Relações Institucionais, José Guimarães (PT-CE), sinalizou a intenção do Executivo de concluir a análise antes do segundo turno. "Vamos tentar votar [a PEC da Segurança] na semana que vem, antes das eleições", declarou durante a promulgação da PEC do fim da escala 6x1. A proposta do governo é transferir a discussão sobre a maioridade penal para a PEC 32/2015, que tramita na Câmara.

O ex-ministro Rui Costa também defendeu essa alternativa. "A Câmara fez isso e eu acho que o mais adequado é o Senado replicar essa medida", afirmou. A definição dependerá das negociações entre os líderes partidários e da decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sobre a inclusão da matéria na pauta.

O Palácio do Planalto poderá apresentar nesta semana uma proposta de emenda constitucional para garantir transporte coletivo gratuito aos fins de semana. A medida anunciada por Lula prevê a utilização de recursos de emendas parlamentares para financiar o benefício.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, indicou a expectativa de apresentação do texto antes do segundo turno, mas sem previsão de tramitação nesse período. A proposta ainda exigirá definições sobre financiamento, abrangência e participação de estados e municípios.